

Políticas e Manuais Oikos



Política de Investimentos Pessoais



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PESSOAIS

DATA DA ÚLTIMA REVISÃO

01/09/2025

ÁREA RESPONSÁVEL

COMPLIANCE

ÍNDICE

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	4
2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	4
3. APLICABILIDADE DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PESSOAIS	4
4. AUSÊNCIA DE CONFLITOS DE INTERESSE COM A OIKOS	5
5. REGRAS PARA INVESTIMENTOS PESSOAL	6
6. APROVAÇÃO PRÉVIA PELO COMPLIANCE	7
7. DISPOSIÇÕES GERAIS	7
DECLARAÇÃO ANUAL DE INVESTIMENTO	9

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente Política de Investimentos Pessoais (“Política de Investimentos Pessoais”) da Oikos Gestão de Recursos Ltda. (“Oikos”) dispõe sobre os procedimentos e normas para os investimentos pessoais dos colaboradores da Oikos, além de estabelecer o tratamento de confidencialidade das informações alcançadas na execução de suas condutas.

Todas as regras definidas nesta Política devem ser respeitadas e cumpridas pelos Sócios Diretores, funcionários, colaboradores, e estagiários (“Equipe” ou “Colaboradores”). A adoção de tais condutas influencia positivamente o ambiente de trabalho e fortalece a relação com clientes da Oikos, bem como contribui para o bom funcionamento do mercado financeiro.

A adesão a esta Política é obrigatória e ocorre no início do vínculo contratual com a Oikos, mediante assinatura da Declaração de Investimento, constante no Anexo I da presente Política de Investimentos Pessoais, ou ao de acordo por e-mail após leitura do conteúdo da Política. Todos que vierem a ingressar a Equipe da Oikos devem se assegurar do perfeito entendimento desta Política de Investimentos Pessoais, “Código de Ética”, “Manual de Compliance”, “Manual de Risco”, “Política de Divisão e Rateio de Ordens entre as Carteiras de Valores Mobiliários” (em conjunto denominados, “Códigos”), bem como das leis e normas aplicáveis à Oikos.

Condutas pautadas no bom senso, transparência, verdade e que afastem conflitos e desvios éticos devem sempre ser incentivadas e adotadas em todas e quaisquer circunstâncias.

A Oikos não assume a responsabilidade de membros da Equipe que atuem em contrariedade aos dispositivos dos Códigos de Conduta, que descumpram a lei ou que cometam qualquer tipo de infração civil, administrativa ou penal, no exercício de suas funções.

O membro da Equipe que tiver conhecimento ou suspeita de ato não compatível com os dispositivos desta Política de Investimentos, ou dos demais Códigos, deverá reportar tal acontecimento ao Diretor de Compliance. O membro da Equipe que se omitir de tal obrigação poderá sofrer, além de ação disciplinar, demissão ou desligamento por justa causa.

2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- Resolução CVM nº 21/21;
- Resolução CVM 175
- Código de ART e Regras e Procedimentos Anbima

3. APLICABILIDADE DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PESSOAIS

Esta Política aplica-se a sócios e colaboradores da Oikos, bem como a familiares diretos e pessoas vinculadas, conforme abaixo:

3.1) Abrangência:

- i) Administradores, empregados, operadores e demais prepostos da Oikos que desempenhem atividades de gestão ou de suporte operacional;
- ii) Pessoas naturais que sejam, direta ou indiretamente, controladoras ou participem do controle societário da Oikos;
- iii) Sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Oikos ou por pessoas a ela vinculadas;
- iv) Familiares diretos: cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (i) e (ii);
- v) Clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas à Oikos, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

3.2) Exceções com autorização prévia

Em circunstâncias específicas, a Diretoria de Compliance poderá, mediante autorização expressa, excepcionar a aplicação desta Política a determinados familiares diretos, considerando, entre outros, os seguintes aspectos:

- Familiar direto empregado por outra instituição financeira e sujeito às regras dessa instituição;
- Familiar direto sem atuação na gestão discricionária de seus investimentos;
- Existência de investimentos anteriores à criação desta Política e/ou à entrada do sócio/colaborador na Oikos;

Segregação completa entre os investimentos do familiar direto e os investimentos/carteiras da Oikos ou Familiar direto sem contato direto ou indireto com a Oikos.

4. AUSÊNCIA DE CONFLITOS DE INTERESSE COM A OIKOS

A Oikos exerce a gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários e serviços auxiliares de gestão patrimonial em conformidade com a regulamentação aplicável (CVM e demais autoridades, inclusive autorregulação – ANBIMA), observando os princípios próprios dessas atividades.

- (i) As instruções desta Política aplicam-se a todas as negociações pessoais realizadas por Colaboradores nos mercados financeiro e de capitais. As negociações pessoais devem ser totalmente segregadas das operações realizadas em nome da Oikos, de modo a evitar potenciais conflitos de interesses.
- (ii) O Colaborador pode investir por meio de instituições locais ou internacionais, desde que de boa reputação e em conformidade com esta Política e demais normas (verbais ou escritas) da Oikos.
- (iii) O controle, o estabelecimento desta Política e o tratamento de exceções competem aos Sócios Diretores da Oikos.
- (iv) Anualmente, os Colaboradores deverão emitir Declaração de Investimentos (Anexo I), confirmando o cumprimento desta Política. A anuência pode ocorrer por assinatura física ou por aceite via e-mail, após leitura integral do material.

- (v) Qualquer má conduta ou omissão quanto a esta Política caracteriza descumprimento sujeito às sanções legais, regulamentares e disciplinares cabíveis.

5. REGRAS PARA INVESTIMENTOS PESSOAL

5.1 Princípios gerais: os investimentos realizados em benefício próprio pelos colaboradores não podem prejudicar o desempenho de suas atividades profissionais. É vedado adquirir valores mobiliários (ou incentivar terceiros) valendo-se de informação privilegiada obtida em razão do vínculo com a oikos. Informações oriundas de estudos/teses internas são sigilosas, ainda que os ativos não integrem carteiras da gestora.

5.2 Condições gerais para investir: O Colaborador pode comprar/vender valores mobiliários e realizar outros investimentos desde que:

- a. não existam ordens em aberto de carteiras sob administração/gestão da Gestora sobre o mesmo ativo;
- b. não haja sobreposição com ativos que integrem as carteiras dos fundos e carteiras administradas;
- c. não detenha informação relevante não pública sobre o ativo/emissor; e
- d. observe as vedações abaixo e consulte previamente a Área de Compliance quando necessário.

5.3 Investimentos permitidos:

- a. Fundos de investimento (Res. CVM 175), incluindo ETFs, inclusive aqueles geridos pela Gestora;
- b. Ações listadas em bolsa, desde que não componham as carteiras dos fundos/carteiras administradas pela Gestora;
- c. Operações de câmbio;
- d. Títulos públicos;
- e. Títulos de emissão de instituições financeiras (CDB, LF, LCA, LCI, etc.);
- f. Renda fixa e crédito privado em geral, exceto títulos de companhias nas quais os fundos/carteiras administradas detenham posição;
- g. Venda de posições pré-existent (detidas antes do ingresso na Gestora ou antes de a Gestora assumir tal posição para clientes). *Não há obrigatoriedade de alienação*, salvo determinação do Comitê de Investimentos; comunicar por escrito à Área de Compliance para arquivo.

5.4 Investimentos vedados:

- a. Operações proibidas por reguladores ou autorreguladores;
- b. Investimentos em ativos relativos à tese interna enquanto houver ordens em aberto de carteiras sob administração/gestão da Gestora ou até a execução da operação pela Gestora;
- c. Derivativos em conta própria;
- d. Venda a descoberto;
- e. Negociação de ativos integrantes do portfólio das classes abertas e das carteiras administradas geridas pela Gestora.

Observação: Ativos ou operações não listados devem ser submetidos previamente à Área de Compliance.

5.5 Regras gerais e exceções: Ficam excluídas das vedações (mantidas as demais obrigações de informação):

- a. Vendas de ações/cotas de fundos já detidas antes do ingresso do Colaborador (sem obrigatoriedade de venda);
- b. Compras de instrumentos de renda fixa (CDBs, títulos públicos, debêntures etc.), independentemente do prazo, observada a alínea f do item 5.3;
- c. Aplicações e resgates em fundos de investimento nos termos da Res. CVM 175 e alterações vigentes.

6. Aprovação Prévia pelo Compliance

6.1 Negociação por colaboradores:

É vedado aos Colaboradores negociar, em contas próprias, ativos que integrem as carteiras dos fundos ou das carteiras administradas, bem como realizar transações tendo como contraparte clientes da Gestora, salvo mediante autorização prévia do Comitê de Compliance.

6.2 Análise e decisão:

A Área de Compliance avaliará, de forma fundamentada, a existência de potencial conflito de interesses ou de prática vedada/ilegal, submetendo o caso ao Comitê de Compliance, a quem caberá a decisão final.

6.3 Critérios (não exaustivos):

- i. existência de ordens pendentes e/ou sobreposição com ativos dos fundos e carteiras administradas;
- ii. eventual informação relevante não pública detida pela Gestora ou por Colaboradores a respeito do ativo/emissor;
- iii. ocorrência de conflitos de interesses.

6.4 Caráter casuístico:

As solicitações serão analisadas caso a caso. A decisão aplica-se exclusivamente ao caso submetido e não constitui precedente para situações futuras, sem nova apreciação do Comitê de Compliance.

7. Disposições Gerais

7.1 Vigência e prevalência:

Esta Política foi elaborada nos termos da Resolução CVM 21/21, é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obriga Colaboradores e seus herdeiros/sucessores/cessionários/representantes/coligados e prevalece sobre quaisquer documentos, entendimentos ou comunicações anteriores (escritos ou verbais).

7.2 Práticas vedadas:

A Oikos não tolera práticas de Insider Trading (uso de informação privilegiada para obter benefício próprio ou de terceiros) e Front Running (uso de informação antecipada sobre operações que possam afetar a formação de preços).

7.3 Conflitos identificados:

Identificado conflito de interesse, ainda que potencial, Colaboradores e Sócios devem não realizar a operação ou desfazer a posição de investimento pessoal e notificar imediatamente, por escrito, o Diretor de Compliance.

7.4 Supervisão e encaminhamentos:

A Diretoria de Compliance é responsável por verificar o cumprimento desta Política e, havendo fundadas suspeitas de descumprimento, encaminhará o caso ao Comitê de Risco, Compliance e PLD para providências cabíveis.

7.5 Publicidade, revisão e comunicação:

Em cumprimento ao inciso V do art. 16 da Resolução CVM 21/21, esta Política está disponível em: <https://oikoswm.com/>. Será revisada anualmente e alterada quando necessário, sem aviso prévio. Alterações serão divulgadas a todos os sócios e colaboradores pela Diretoria de Compliance.

7.6 Arquivamento e confidencialidade:

Todas as comunicações e documentos relacionados a esta Política serão arquivados por 5 (cinco) anos contados da data do evento. A Oikos observará a confidencialidade, restringindo o acesso exclusivamente aos Colaboradores envolvidos.

7.7 Consulta prévia:

Em caso de dúvida sobre a possibilidade de negociação privada de um determinado ativo e/ou necessidade de autorização prévia, o Compliance da Oikos deve ser consultado previamente.

Política de Investimentos Pessoais
ANEXO I - DECLARAÇÃO ANUAL DE INVESTIMENTO



DECLARAÇÃO ANUAL DE INVESTIMENTO

Eu, _____, portador da Cédula de Identidade nº. _____, declaro para os devidos fins que os meus investimentos pessoais não possuem nenhum conflito com as posições da OIKOS GESTÃO DE RECURSOS LTDA (“Oikos”) e que nada foi praticado durante o ano de ____ em desacordo com os Códigos da Oikos.

Declaro que recebi, li e compreendi a Política de Investimentos Pessoais. Reconheço que a Política integra meus deveres como Colaborador do Grupo e que posso responder por perdas e danos decorrentes de seu descumprimento, inclusive após eventual desligamento.

Declaro que meus investimentos estão em conformidade com a Política, sem conflitos de interesse ou infrações legais/regulatórias. Estou ciente de que a Política pode ser alterada a qualquer tempo, com divulgação aos afetados e sem efeito retroativo.

Comprometo-me a comunicar o Diretor de Risco e Compliance e/ou o Comitê de Compliance sobre qualquer desconformidade de que eu tenha conhecimento.

Firmo este Termo eletronicamente, nos termos do art. 10 da MP nº 2.200-2/2001, ciente de que falsa declaração sujeita às penalidades previstas na Política e na legislação aplicável.

São Paulo, ____ de _____ de 20 ____

Nome: _____

Assinatura: _____

Aceite eletrônico: esta declaração poderá ser formalizada por resposta ao e-mail de solicitação, desde que a mensagem contenha: (i) nome completo, (ii) número do documento de identificação, e (iii) ano de referência.